

AO
MUNICÍPIO DE ITAPECERICA DA SERRA

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 025/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 621/2025

Prezado(a) Presidente da Comissão de Licitação,

A empresa **LOPES STAUDT ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 34.998.767/0001-73 com sede na Rua Joaquim Oliveira Freitas, 676 - Vila Pirituba - São Paulo - SP, 05133-001, Sala 8, vem respeitosamente, com fulcro na Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis, interpor **Recurso Administrativo** contra a habilitação da empresa **B3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**, em razão da sua habilitação na licitação em epígrafe.

I - DOS FATOS

A Recorrente vem, respeitosamente, interpor o presente Recurso Administrativo contra a decisão que habilitou a empresa B 3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, uma vez que restou comprovado o descumprimento de requisitos essenciais de qualificação econômico-financeira e técnico-operacional, em afronta direta às disposições expressas do Edital da Concorrência Eletrônica nº 025/2025.

II – DA IRREGULAR DECLARAÇÃO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

A empresa B 3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA declarou-se como **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, fazendo jus, portanto, ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

Todavia, a análise do Balanço Patrimonial do exercício de 2024 apresentado pela própria empresa **revela que a receita bruta com prestação de serviços no exercício de 2024 atingiu o montante de R\$ 5.110.700,69**, sendo assim sua receita bruta anual ultrapassa o limite legal máximo para enquadramento como EPP, nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006. Somente pode ser enquadrada

como Empresa de Pequeno Porte aquela cuja receita bruta anual seja igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.

Assim, ao ultrapassar o referido limite legal, a empresa B 3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA encontra-se automaticamente desenquadrada da condição de EPP, sendo vedada a sua autodeclaração como tal.

- A declaração de enquadramento apresentada no sistema configura, portanto, informação inverídica, caracterizando afronta direta a Lei 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/2006.

Vejamos balanço apresentado:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Entidade:	B 3 - ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	08.075.660/0001-43
Número de Ordem do Livro:	18		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RESULTADO DO EXERCÍCIO (LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO)		R\$ 758.351,98	R\$ 1.265.000,58
RECEITAS		R\$ 2.174.707,11	R\$ 4.469.372,26
RECEITAS OPERACIONAIS		R\$ 2.174.707,11	R\$ 4.469.372,26
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS		R\$ 2.326.956,08	R\$ 5.110.700,69
RECEITAS COM SERVIÇOS		R\$ 2.326.956,08	R\$ 5.110.700,69

Tal conduta impõe a **necessidade de revisão da decisão de habilitação**, com a consequente inabilitação da licitante, para resguardar a legalidade do certame e a correta aplicação da Lei nº 14.133/2021.

III – DO NÃO ATENDIMENTO À CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

O edital é absolutamente claro ao exigir, no item **10.19.3**, que a capacidade técnico-operacional seja comprovada por meio de:

“**Certidões de Acervo Operacional – CAO**, emitidas pelo Conselho competente, em nome da interessada, comprovando a execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e

operacional equivalente ou superior, contendo os quantitativos mínimos de cada serviço, conforme tabela de parcelas de maior relevância.”

Conforme dispõe expressamente o item 10.19.3 do edital, as parcelas de maior relevância exigidas são:

ITEM - DESCRIÇÃO	UND	QTDE
SERVIÇOS PRELIMINARES		
Fornecimento de material ára aterro, até 1 km	TON	527,00
PISO DA QUADRA		
QE-34 Quadra de Esportes/piso fibra polipropileno corrugado/fund dir	M ²	765,00
GUARDA CORPO		
Guarda corpo com vidro laminado temperado de 10 mm, em tubo de aço galvanizado, diâmetro 1 ½"	M	90,00
PINTURA		
Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	M ²	4.404,30
Esmalte à base de água em superfície metálica, inclusive preparo	M ²	1.064,39

IV – DA AUSÊNCIA DE CERTIDÕES DE ACERVO OPERACIONAL – CAO

A empresa B 3 apresentou **diversos atestados**, entretanto:

- **Não apresentou nenhuma Certidão de Acervo Operacional – CAO**, conforme exigido expressamente pelo edital;
- Os únicos documentos emitidos por conselho profissional são apenas **03 acervos técnicos**, os quais:
 - não comprovam os quantitativos mínimos exigidos;
 - não as quantidades exigidas de serviços de:
 - pintura em esmalte,
 - guarda-corpo,
 - piso de quadra esportiva,
 - fornecimento de material para aterro.

Os únicos acervos que podem ser analisados por serem emitidos por conselho competente, e estão em nome da empresa B 3 - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP são:

Acervo nº 2620180006503: contempla exclusivamente serviços de pintura em látex e esmalte, contudo, os quantitativos executados são manifestamente inferiores aos mínimos exigidos no edital, não atendendo às parcelas de maior relevância.

	PINTURA LATEX PVA AMBIENTES INTERNOS, DUAS DEMAOS COR BRANCO NEVE (FORRO E PAREDES SOBRE A BARRA LISA EM ESMALTE)	M2	305,03
	PINTURA A OLEO PARA JANELAS E GRADIS	M2	66,00
	PINTURA LATEX PVA AMBIENTES EXTERNOS, DUAS DEMAOS COR A SER DEFINIDA (MUROS)	M2	440,00
	PINTURA ESMALTE ACETINADO PARA PAREDE, DUAS DEMAOS, INCLUSO APARELHAMENTO COM FUNDO NIVELADOR BRANCO FOSCO	M,2	280,00
7.000.000	PISOS		
7.001.000	PISO VINILICO COM RODAPÉ DE 10 CM EM TODO ENTORNO	M2	0,00

Acervo nº 2620240019392: igualmente restrito a serviços de **pintura em látex e esmalte**, também sem alcançar os **quantitativos mínimos obrigatórios** estabelecidos no instrumento convocatório.

10.0	PINTURA		
10.1	Esmalte em esquadrias de ferro	m ²	219,30
10.2	Tinta Látex Standard	m ²	1.095,00
10.3	Pintura Látex econômica	m ²	405,00
10.4	Esmalte em cercas, portões e gradis	m ²	235,56
10.5	Esmalte sem massa niveladora em esquadrias de madeira	m ²	148,68

Acervo nº 2620240024455: apresenta registros de **pintura em látex e esmalte** e de **execução de quadra poliesportiva**, porém, novamente, os quantitativos comprovados são **inferiores aos exigidos**, restando ausente a comprovação da capacidade técnico-operacional nos termos e proporções determinadas no edital.

002	PINTURA GINÁSIO		
002.01	Tinta acrílica - interno e externo, arquibancada e vestiários 2 demãos	m ²	2.989,46
002.02	Tinta Latex PVA paredes externas 2 demãos Muro	m ²	322,00
002.03	Esmalte a base de água em esquadrias de madeira, com duas demãos	m ²	104,00
002.04	Esmalte de ferro caixilhos, gradil e portões 2 demãos	m ²	614,11

011.05	QE-42 poste para rede de voleibol inclusive rede	par	1,00
011.06	QE-47 tave de futebol de salão	unidade	2,00
012	ALAMBRADO		
012.01	Alambrado com tela de arame	m ²	170,00
013	PINTURA-RAMPA PEDESTRE/VAGAS		
013.01	Pintura de tinta latex para piso	m ²	36,00
013.02	SI-11 sinalização horizontal para vaga acessível	unidade	6,00
014	ACADEMIA AO AR LIVRE		
014.01	Caminhada Duplo	unidade	2,00

Assim, resta demonstrado que a empresa não atende às exigências mínimas de qualificação técnico-operacional, o que torna sua habilitação absolutamente ilegal.

Os acervos nº **FL 32978** e **SZC 09204** não se encontram emitidos em nome da empresa **B 3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, mas sim em nome de outra pessoa jurídica, circunstância que, por si só, inviabiliza sua aceitação para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante.

O edital é expreso ao exigir a apresentação de certidão de capacidade técnico-operacional em nome da interessada, ou seja, da própria empresa participante do certame, não se admitindo a utilização de acervos de terceiros, ainda que eventualmente vinculados por relação societária ou contratual.

Ademais, os demais atestados apresentados pela empresa B 3 não foram emitidos por conselho profissional competente, inexistindo, portanto, Certidões de Acervo Operacional – CAO ou Certidões de Acervo Técnico – CAT válidas que lhes confirmam presunção de veracidade técnica, razão pela qual devem ser integralmente desconsiderados.

Ressalte-se, ainda, que o atestado emitido pela empresa **DDM Administração** sequer apresenta o **número da ART de execução**, elemento indispensável para a rastreabilidade, fiscalização e validação

técnica dos serviços supostamente executados, o que inviabiliza qualquer análise de mérito acerca da capacidade da empresa recorrida.

Diante disso, resta evidente que a empresa **B 3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA** não comprovou a execução dos seguintes serviços considerados parcelas de maior relevância do objeto licitado:

- **Fornecimento de material para aterro**, no quantitativo mínimo de **527,00 toneladas**;
- **Execução de piso de quadra esportiva em fibra de polipropileno corrugado**, no quantitativo mínimo de **765,00 m²**;
- **Execução de guarda-corpo com vidro laminado temperado de 10 mm em tubo de aço galvanizado**, no quantitativo mínimo de **90,00 metros lineares**;
- **Pintura em esmalte à base de água em superfície metálica**, no quantitativo mínimo de **1.064,39 m²**.

Conforme se depreende da análise dos documentos apresentados, a recorrida logrou comprovar, de forma parcial e insuficiente, apenas serviços de pintura acrílica, os quais, isoladamente, não atendem às exigências editalícias, tampouco suprem a ausência das demais parcelas técnicas obrigatórias.

Portanto, a habilitação da empresa revela-se manifestamente irregular, por ausência de comprovação

V – DO DEVER DE OBSERVÂNCIA ESTRITA AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

Ressalte-se que o edital constitui a lei interna da licitação, vinculando tanto os licitantes quanto a própria Administração, nos termos do art. 5º e do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A inobservância de exigência objetiva expressamente prevista no instrumento convocatório, especialmente quando relacionada à qualificação técnica e ao enquadramento legal do licitante, compromete a legalidade do certame e expõe a autoridade responsável a questionamentos perante os órgãos de controle.

O art. 156 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que constitui infração administrativa a prática de atos que contrariem as normas legais e editalícias, sujeitando os responsáveis às sanções cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e administrativa.

Do mesmo modo, é entendimento consolidado dos Tribunais de Contas que a habilitação de empresa em desconformidade com o edital macula o procedimento licitatório, tornando-o passível de anulação, inclusive por provocação judicial.

Nesse contexto, a presente insurgência não possui caráter intimidatório, mas preventivo, buscando oportunizar à Administração a correção do ato, de modo a evitar a necessidade de futura provocação do Poder Judiciário, por meio de Mandado de Segurança ou representação aos órgãos de controle, para resguardar a legalidade, a isonomia e a segurança jurídica do certame.

VI – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O provimento do presente recurso;
2. A inabilitação da empresa B 3 – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA;
3. O reconhecimento da irregularidade na autodeclaração como EPP;

Nestes termos,
Pede deferimento.

Rodrigo Jácome de Carvalho
Sócio Administrador
Lopes Staudt Engenharia Ltda
CNPJ: 34.998.767/0001-73
E-mail: rodrigo@lopesstaudt.com.br